



1º Simulado

# SEFAZ RR

Auditor Fiscal de Tributos Estaduais  
Pós-edital

# Simulado

## SEFAZ-RR

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-RR;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-19-09-21>

- |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**PORTUGUÊS**

Patrícia Manzato

**Texto 1A1-I**

A sensação de desorientação e de catástrofe iminente é exacerbada pelo ritmo cada vez mais acelerado da disrupção tecnológica. O sistema político liberal formou-se durante o período industrial para gerir um mundo de máquinas a vapor, refinarias de petróleo e televisores. É-lhe difícil lidar com as revoluções em curso no que respeita à tecnologia da informação e à biotecnologia.

Tanto os políticos como os eleitores mal conseguem compreender as novas tecnologias, quanto mais regular o seu potencial explosivo. Desde a década de 1990 que a Internet mudou o mundo, provavelmente mais do que qualquer outro fator; todavia, a revolução da Internet foi liderada por engenheiros, mais do que por partidos políticos. Alguma vez votou relativamente à Internet? O sistema democrático ainda está a tentar perceber o que aconteceu, e está mal preparado para enfrentar os próximos embates, como o advento da inteligência artificial e a revolução do blockchain.

Neste momento, os computadores tornaram o sistema financeiro tão complicado que poucos seres humanos conseguem compreendê-lo. À medida que a inteligência artificial se for apurando, podemos chegar ao ponto de nenhuma pessoa ser capaz de perceber o sistema financeiro. Que consequências terá isso no processo político? Consegue imaginar um governo que espera humildemente que um algoritmo aprove o seu orçamento ou a sua próxima reforma fiscal? Enquanto isso, as redes peer-to-peer de blockchain e as criptomoedas como a bitcoin podem reformular por inteiro o sistema monetário, obrigando a inevitáveis reformas fiscais radicais

Harai, Yuval. *21 lições para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir:

**01.** Infere-se do texto que o autor:

- a) está esperançoso com o futuro das máquinas.
- b) acredita na disrupção e nas tecnologias “blockchain”.
- c) mostra uma postura cética quando à Revolução Tecnológica
- d) não compreende o porquê das redes peer-to-peer.
- e) não traz nenhuma reflexão sobre o contexto atual de tecnologia.

**02.** As formas pronominais em “É-lhe difícil lidar” (1º parágrafo) e “quanto mais regular o seu potencial explosivo” (2º parágrafo) referem-se, respectivamente, a:

- a) sistema político liberal e novas tecnologias.
- b) sistema político liberal, políticos.
- c) período industrial, novas tecnologias.
- d) período industrial, eleitores.
- e) mundo de máquinas, novas tecnologias.

**03.** O texto apresenta estratégia argumentativa com o objetivo de

- a) distanciar o autor, de forma a construir um texto impessoal.
- b) mostrar divergências entre autor e leitor.
- c) apresentar as impressões do autor.
- d) descrever o uso das novas tecnologias em distintas áreas.
- e) informar o leitor sobre novas tecnologias.

**04.** No trecho “À medida que a inteligência artificial se for apurando” (3º parágrafo), sem comprometer a correção gramatical do texto, é possível a substituição de “À medida que” por

- a) conforme
- b) na medida em que.
- c) contudo
- d) da mesma forma que
- e) pelo que

**05.** A locução verbal em “O sistema democrático ainda está a tentar perceber o que aconteceu” (2º parágrafo) é sinônimo de

- a) tentara.
- b) estava tentando.
- c) vai continuar tentando.
- d) tenta.
- e) está tentando.

**Texto 1A2-I**

A memória do tempo relaciona-se com o que estão dentro do que pode ser conhecido ou lembrado pela mente. Não pode abarcar o tempo intemporal, que transcende tempo e espaço — lugares ilusórios, em que pode transitar a memória. Ainda que a memória seja redutível ao tempo, o tempo não pode ser circunscrito à memória. Pois há um tempo total, que transcende todas as idades: o tempo da eternidade.

Não sabemos esquecer os bons e maus momentos que vivemos. Insistimos em carregar esta bagagem pesada e inútil, como fluxos de memória que nos ferem como facas, produzindo angústia e sofrimento. Tudo por não saber a paisagem da vida é sempre jovem, em microátomos de segundos se renova. Tudo muda todo o tempo, só não muda a mudança infinita. Mas insistimos em respirar o mofo do conhecido. É que sofremos do vício de viver a fuçar e refocilar no baú da memória. Não há o que não mude eternamente na paisagem da vida. Não há vida que não morra, nem há morte que não esteja sempre viva. Não há paisagem que não mude, nem passageiros ou viagens: só permanece a infinita viagem da Vida.

Destinos se cruzam nos aeroportos, sem que se conheçam uns aos outros, ou a si mesmos. Fernando Pessoa nos diz: “Para viajar, basta existir. Vou de dia para dia, de estação para estação, no comboio de meu corpo, ou de meu destino, debruçado sobre as ruas e as praças, sobre os gestos e os rostos sempre iguais e sempre diferentes como, afinal, as paisagens são. A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos”.

A memória é o inferno vivido agora. E a ele nos condenamos. Com a memória criamos tempo na mente. Então passamos a navegar em suas turbulências vazias. A mente comum não pode conter a supermente, a que vive além da memória ou da inteligência racional de que o ser humano é dotado. A mente total, unificada com o silêncio criador do Absoluto, transcende os limites do Ser que pode ser. É uma vastidão não nascida, que não pode morrer.

Brasílião Felício. Disponível em  
<<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/a-invencao-da-memoria-216309/>>

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue os itens a seguir.

**06.** O travessão empregado no final do 1º parágrafo, antes de “lugares ilusórios, em que pode transitar a memória”, tem a finalidade de demarcar uma relação de

a) oposição.

b) explicação.

c) adversidade.

d) causa e consequência.

e) conformidade.

**07.** De acordo com o texto, a memória

a) perpassa tempo e espaço e é constantemente trazida à tona.

b) serve apenas para os bons momentos vividos.

c) só é retomada quando a pessoa precisa de alguma informação.

d) se confunde com o momento presente.

e) pode ser apagada, esquecida quando a pessoa decide por isso.

**08.** Como o texto reflete sobre a relação das pessoas com sua memória, ele pode ser entendido, em sua essência, como:

a) crônica.

b) notícia.

c) conto.

d) editorial.

e) dissertação

**09.** “A memória” em “lugares ilusórios, em que pode transitar a memória” (1º parágrafo) exerce função de

a) objeto direto da locução verbal “pode transitar”.

b) complemento nominal de “lugares ilusórios”.

c) sujeito da locução verbal “pode transitar”.

d) adjunto adnominal de “lugares ilusórios”.

e) adjunto adverbial da locução verbal “pode transitar”.

**10.** A citação de Fernando Pessoa no 3º parágrafo tem a função de

a) relativizar a discussão sobre memória.

b) reproduzir um diálogo entre autor e Fernando Pessoa.

c) minimizar a opinião do autor.

d) exprimir a ironia da situação vivida.

e) trazer um argumento de autoridade.

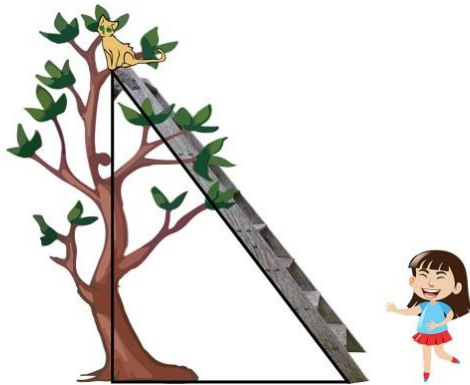
**MATEMÁTICA E ESTATÍSTICAS**

Carlos Henrique

11. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220
- d) 1230
- e) 1240

12. O malévolo Rosental, diretor de marketing do Estratégia Concursos, colocou o gatinho da aluna Coruja no alto de uma árvore. Coruja colocou uma escada junto à árvore para ajudar o gato a descer.



Sabendo que o gato estava a uma altura de 8 metros e a base da escada estava posicionada a 6 metros do pé da árvore, qual o comprimento da escada utilizada para salvar o gatinho?

- a) 15 metros.
- b) 10 metros.
- c) 13 metros.
- d) 20 metros.
- e) 25 metros

Em 10 anos (de 2012 a 2021), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples  $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$ ,  $t = 1, 2, \dots$  foi elaborado para se prever Y em função de X, considerando as informações registradas, em que  $Y_1$  e  $X_1$  são o faturamento e o gasto com propaganda em 2012,  $Y_2$  e  $X_2$  são o faturamento e o gasto com propaganda em 2013, e assim por diante. Os parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  são desconhecidos e  $\varepsilon$  é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de  $\alpha$  e  $\beta$  foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2012 a 2021 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

13. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- d) 13,7
- e) 14,8

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Vinicius Nascimento

14. Acerca da evolução dos modelos de administração pública no país, assinale a alternativa incorreta.

- a) Dentro do processo de modernização da Administração Pública Brasileira, ocorreu o chamado processo de publicização de serviços públicos. Nesse processo, determinadas atividades não exclusivas do Estado foram transferidas para entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações Sociais, mediante concessão de serviços públicos.
- b) O modelo burocrático enfatizou a formalidade dos processos, a impessoalidade nas relações e o profissionalismo no trabalho. Com isso, o foco era uma busca pela superação o modelo patrimonialista vigente à época.
- c) Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil teve um retrocesso ao modelo burocrático, uma vez que as primeiras ideias gerenciais surgiram na década de 1960 e a Carta Magna reforçou a centralização administrativa e uma descentralização política.
- d) O gerencialismo sucedeu o modelo burocrático, porém sem abandonar suas regras. A primeira fase, gerencialismo puro, buscou a reconstrução do Estado e via os cidadãos como *tax payer*, ou seja, como financiador desse no Estado em busca de mudanças.
- e) O orçamento-programa, controle de resultados e de custos, foco no cidadão e na prestação de serviços são características essenciais de um modelo gerencial de administração pública.

**ECONOMIA**

Celso Natale

15. Em meados dos anos 1980 até o final do século XX, os governos brasileiros buscaram controlar a inflação com uma série de planos. A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Plano Cruzado, implementado em 1984, no governo Sarney, teve como diagnóstico principal da inflação o excesso de demanda, adotando políticas estritamente ortodoxas.
- b) O Plano Bresser, implementado no governo Itamar, implementou o gatilho salarial e os empréstimos compulsórios.

- c) O Plano Verão, de Sarney, diagnosticou inflação inercial e de demanda, estabelecendo câmbio fixo e o fim da Unidade de Referência de Preços, como medida para desindexar a economia.
- d) O Plano Real, iniciado no governo Itamar, estabeleceu um regime de câmbio com flutuação assimétrica e congelamento de preços.
- e) O Plano Collor I, ao contrário dos demais planos, não adotou o congelamento de preços, mas foi marcado pelo congelamento de ativos.

**DREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

16. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.
- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
  - b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
  - c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
  - d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
  - e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

17. A respeito da eficácia das normas constitucionais, segundo orientação doutrinária clássica e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) Norma constitucional de eficácia limitada, enquanto não regulamentada, não produz nenhum efeito no ordenamento jurídico.
- b) O dispositivo constitucional que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem é espécie de norma de eficácia limitada de princípio programático, uma vez que o exercício do direito de resposta depende de regulamentação estabelecida por lei infraconstitucional.
- c) Norma constitucional de eficácia contida, até que sobrevenha lei infraconstitucional regulamentadora, terá plena eficácia e aplicabilidade integral.
- d) A norma constitucional que prescreve a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens é exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- e) Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que produz, desde logo, todos os seus efeitos, embora possa sofrer restrição de alcance por meio de lei infraconstitucional.

18. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.

e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

19. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.
- c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.
- e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

20. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
- e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

21. O deputado federal João do Gelo, em mensagem de WhatsApp trocada com um YouTuber famoso, no ímpeto de defender projeto de lei de sua autoria, referiu-se ao deputado José da Farmácia, parlamentar de oposição que articulava contra a aprovação do projeto, como “bandido”, “ladrão” e “corrupto”. Essas ofensas foram repetidas durante entrevista concedida a um programa de rádio. Inconformado, José da Farmácia apresentou queixa-crime contra João do Gelo, por crime de calúnia e injúria, além de ter ingressado com pedido de indenização por dano moral. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal e conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) João do Gelo não está acobertado por imunidade material, uma vez que as ofensas foram proferidas fora do recinto da Câmara dos Deputados e por meio virtual.
- b) Pelo dano moral causado a José da Farmácia, o deputado federal somente poderá ser responsabilizado civilmente.
- c) Conquanto João do Gelo não possa ser responsabilizado civilmente, poderá ser processado e julgado, durante o mandato, por crime contra a honra.

d) João do Gelo é inviolável civil e penalmente pelas palavras ditas, ainda que por meio virtual, uma vez que suas declarações estão relacionadas ao mandato de deputado.

e) João do Gelo somente poderá ser responsabilizado penalmente após o término de seu mandato parlamentar.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

22. Considerando que, no bojo de um processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.



23. No que se refere à prescrição do poder de polícia, considerando o que dispõe a Lei federal 9.873/1999, é correto afirmar que a ação punitiva, no exercício do poder de polícia:

- a) prescreve em três anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- b) prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- c) prescreve em dez anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- d) nunca será regida por prazos da lei penal.
- e) incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de dois anos, pendente de julgamento ou despacho.

24. De acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), NÃO é correto afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- b) informação íntegra, autêntica, secundária e atualizada.
- c) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- d) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- e) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

25. Tomando por base as lições doutrinárias e os entendimentos jurisprudenciais acerca da autotutela, é correto afirmar que:

- a) O direito admite a convalidação de atos praticados mediante desvio de finalidade.
- b) O Poder Judiciário poderia convalidar, em sua atuação típica, atos administrativos que padecem de vícios sanáveis, desde que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) Admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.
- d) O ato de convalidação, dada sua natureza discricionária, não pode recair sobre atos vinculados que apresentem vícios sanáveis.
- e) Dentre as semelhanças entre convalidação e revogação de atos administrativos, encontra-se a produção de efeitos *ex nunc*.

26. A respeito dos critérios de julgamento previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:

- a) O “maior retorno econômico” deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 50% de valoração para a proposta técnica.
- d) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

27. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- b) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- c) Dada a inexistência de personalidade jurídica própria, órgãos públicos não possuem capacidade processual, em qualquer hipótese.
- d) Para a desestatização de empresa estatal é suficiente a autorização genérica em lei, que veicule programa de desestatização.
- e) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.

### **DIREITO CIVIL**

Mário Godoy

28. Anderson, brasileiro, faleceu em 01/01/2021. Ele era casado com Isabel, também brasileira, pelo regime legal de bens. No momento do falecimento, ambos eram domiciliados em Tokio, no Japão. Anderson deixou três filhos, domiciliados no Brasil: Miguel, Isabela e Ivan, bem como os seguintes bens: um automóvel e uma motocicleta guardados em um depósito na Itália, duas casas na França e o apartamento em que morava com a esposa em Tokio. O casamento foi celebrado no Brasil. Antes da celebração, Isabel era domiciliada nos Estados Unidos e Anderson, no Brasil. O primeiro domicílio do casal foi estabelecido na Argentina.

Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) Aplica-se a lei brasileira quando à regulação das relações concernentes aos bens de Anderson.
- b) A lei brasileira regulará a capacidade para suceder de Miguel, Isabela e Ivan.

- c) A sucessão hereditária de Anderson será regida pela brasileira.
- d) Aplica-se a lei brasileira quanto ao regime de bens do casal.
- e) Os impedimentos matrimoniais incidentes sobre o casamento de Anderson e Isabel serão regidos pela lei argentina.

29. Os direitos da personalidade são inerentes à condição essencial da pessoa e à sua dignidade.

A respeito de sua regulamentação pelo Código Civil e de acordo com o entendimento jurisprudencial dominante, assinale a alternativa correta.

- a) Desde que gratuita e realizada por pessoa capaz, é lícita a doação de órgãos para depois da morte, condicionada ao fim científico ou altruístico da disposição, sendo o respectivo ato irrevogável.
- b) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo quando importar diminuição permanente da integridade física, mas não quando contrariar os bons costumes.
- c) A imutabilidade relativa do nome é princípio de ordem pública que visa garantir segurança nas relações jurídicas, motivo pelo qual os transgêneros não podem promover a alteração do seu prenome formulando o pedido diretamente em Cartório.
- d) A vida privada da pessoa natural é inviolável. Logo, a exposição da vida de homem público, ainda que se trate de notícia verdadeira e útil vinculada ao seu papel social, representa violação do direito à privacidade, na medida em que os direitos da personalidade são irrenunciáveis.
- e) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.

30. Izaque comprou um sítio no município de Mucajaí, interior de Roraima. Ele tinha como objetivo utilizar a terra para o plantio e daí obter o sustento da família. Após a celebração do negócio, Izaque se surpreendeu com a notícia de que o sítio se localizava em área de reserva permanente e, como consequência, ele não poderia utilizar o imóvel conforme desejava.

Diante do caso hipotético apresentado, existem elementos para afirmar que o negócio pode ser anulado por:

- a) Erro sobre o objeto.
- b) Erro de direito.
- c) Erro accidental.
- d) Erro sobre a qualidade essencial do bem.
- e) Erro sobre a natureza do negócio.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

Cadu Carrilho

31. Carlos é uma pessoa física que pretende exercer empresa. Para isso pode ser um empresário individual. Existem várias regras específicas para esse tipo de atividade econômica, diante dessa realidade e do que prevê o Código Civil, marque a opção correta:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços e não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, ainda que o exercício da profissão constitua um elemento de empresa.
- b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos e se a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário vier a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória e o empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, desde que casados nos mesmos regimes, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

- d) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, começar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- e) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará ele mesmo diretamente um ou mais gerentes.

32. Sobre o instituto do Registro e seus desdobramentos legais, marque a opção que esteja em desacordo com a lei:

- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- b) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária e em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- c) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.
- d) Cumpre à autoridade competente, antes de efetivar o registro, verificar a autenticidade e a legitimidade do signatário do requerimento, bem como fiscalizar a observância das prescrições legais concernentes ao ato ou aos documentos apresentados.
- e) O ato sujeito a registro, ressalvadas disposições especiais da lei, não pode, antes do cumprimento das respectivas formalidades, ser oposto a terceiro, salvo prova de que este o conhecia, sendo que o terceiro pode alegar ignorância, desde que cumpridas as referidas formalidades.

**DIREITO PENAL**

Renan Araújo

**33.** Nos exatos termos do CP, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, “quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”.

Tendo isso em conta, é correto afirmar que se considera funcionário público, para fins penais:

- a) apenas o ocupante de cargo público efetivo
- b) o mesário eleitoral
- c) o empregado público celetista, mas não o estagiário da secretaria de fazenda do estado
- d) o ocupante de cargo em comissão, mas não o empregado público
- e) o inventariante, mas não o curador de pessoa interdita

**34.** Bruno, auditor-fiscal de determinado município do estado de Roraima, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “CORUJA AZUL PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME” o pagamento do tributo ISS (Imposto sobre serviços), mesmo sabendo que a referida empresa não desenvolve qualquer atividade sujeita à incidência do referido imposto.

A conduta de Bruno, nesse caso, configura:

- a) crime de excesso de exação, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- b) crime de excesso de exação, sem causa de aumento de pena
- c) crime de concussão, sem causa de aumento de pena
- d) crime de concussão, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- e) crime de prevaricação

**35.** Danilo falsificou uma carteira nacional de habilitação e, posteriormente, usou a referida CNH para transitar com seu veículo automotor, apresentando-a a um policial rodoviário federal quando abordado em uma blitz de rotina.

Nesse caso, é correto afirmar que Danilo deverá responder:

- a) Por falsificação de documento particular, apenas

- b) Por falsificação de documento particular e uso de documento falso

- c) Por uso de documento falso, apenas

- d) Por uso de documento falso e falsificação de documento público, em concurso formal

- e) Por falsificação de documento público, apenas

**CONTABILIDADE**

Marcondes Fortaleza

**36.** Apurando custos e estoques a cada mês, a empresa MAVIFOR Comercial S/A processou os cálculos do mês de setembro de 2020 a partir dos seguintes dados:

Estoque inicial avaliado em R\$ 2.200,00.

Compras de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 25,00.

Vendas de 72 unidades ao preço unitário de R\$ 30,00.

IPI sobre compras a 8%.

ICMS sobre compras a 12%.

ICMS sobre vendas a 17%.

Devolução de vendas no valor de R\$ 360,00.

Estoques avaliados pelo critério PEPS.

Estoque inicial mensurado em 110,00 unidades.

Todas as operações do período foram realizadas a prazo.

Com fulcro nos dados e informações acima, o cálculo correto dos custos vai indicar um estoque final no valor de:

- a) R\$ 3.600,00

- b) R\$ 3.400,00

- c) R\$ 3.300,00

- d) R\$ 3.160,00

- e) R\$ 3.000,00

**37.** Ao atualizar a escrituração das contas de resultado, que estavam contabilizadas de acordo com o regime contábil de caixa, a empresa MAVIFOR S/A verificou que havia:

- despesas pagas, mas não vencidas, no valor de R\$ 400,00;
- receitas recebidas, mas não vencidas, no valor de R\$ 380,00;
- despesas vencidas, mas não pagas, no valor de R\$ 250,00; e
- receitas vencidas, mas não recebidas, no valor de R\$ 530,00.

Ao ajustar o resultado aos ditames do princípio contábil de competência, o lucro do exercício, certamente, será aumentado em

- a) R\$ 100,00.
- b) R\$ 260,00.
- c) R\$ 280,00.
- d) R\$ 300,00.
- e) R\$ 470,00.

**38.** Determinada entidade, realizando um levantamento patrimonial, constatou a existência de dois veículos no valor de R\$ 4.000,00 cada um; um imóvel, que usa como sede, no valor de R\$ 20.000,00; estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 10.000,00; móveis e utensílios no valor de R\$ 5.000,00; uma máquina, totalmente depreciada, comprada por R\$ 4.000,00; uma dívida com os fornecedores de mercadorias, para pagamento em trinta dias, no valor de R\$ 5.200,00; impostos a pagar no valor de R\$ 2.700,00; duplicatas descontadas junto ao banco no valor de R\$ 5.000,00, por cujo pagamento a entidade é responsável junto ao banco.

Nesse contexto, o patrimônio líquido dessa entidade é de

- a) R\$ 43.000,00.
- b) R\$ 30.100,00.
- c) R\$ 48.000,00.
- d) R\$ 26.100,00.
- e) R\$ 38.300,00.

**39.** No ano de 2019, aconteceram os seguintes fatos na empresa MAVIFOR:

- 02/01: compra de um veículo para ser utilizado nos negócios da empresa por R\$ 36.000 à vista. O veículo tinha vida útil fiscal de cinco anos. No entanto, a empresa esperava utilizá-lo durante seis anos e doá-lo. A empresa utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados.
- 01/10: reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.000.
- 31/12: Reconhecimento da receita de serviços do ano, no valor de R\$ 60.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 35.000. Todas as transações foram à vista.

Assinale a opção que indica o imposto sobre a renda corrente, em 31/12/2019, considerando a alíquota de 34%.

- a) R\$ 3.740,00.
- b) R\$ 6.460,00.
- c) R\$ 8.500,00.
- d) R\$ 8.908,00.
- e) R\$ 6.052,00.

**40.** A empresa MAVIFOR precisava comprar computadores para seus funcionários. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 1.000,00.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 100.000,00. Como o pagamento foi à vista, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 500,00. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 250,00.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 5.000,00 com um programa antivírus anual, e, R\$ 6.000,00 com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 2.500,00.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 10.000,00. Além disso, gastou R\$ 7.000,00 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 96.750,00.
- b) R\$ 97.750,00.
- c) R\$ 99.250,00.
- d) R\$ 103.750,00.
- e) R\$ 106.750,00.

**41.** Sobre doações e subvenções governamentais, marque a alternativa correta:

- a) Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.
- b) As subvenções relacionadas a ativo são subvenções governamentais que uma empresa recebe com o intuito de aumentar a sua produção, bem como as suas vendas, gerando um aumento no seu resultado líquido.
- c) A forma como a subvenção é recebida não influencia no método de contabilização a ser adotado.
- d) Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no patrimônio líquido deve ser feita em conta específica do passivo.
- e) Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de política contábil.

**42.** Dados extraídos da contabilidade da companhia É LENHA S.A em 31.07.21:

- Matéria-prima comprada em julho: R\$ 500,00
- Custos indiretos de fabricação em julho: R\$ 600,00
- Estoque inicial de produtos em elaboração: R\$ 800,00
- Custo da produção acabada: R\$ 1.950,00
- Estoque final de produtos em elaboração: R\$ 400,00

O valor da mão de obra direta no referido mês alcançou o valor de

- a) R\$ 450,00.
- b) R\$ 400,00
- c) R\$ 380,00
- d) R\$ 520,00
- e) R\$ 600,00

**43.** Marque a alternativa correta.

- a) Quanto maior é a complexidade dos processos de fabricação de determinado produto, menor será a distorção causada na apuração do seu custo de produção quando não se usa o ABC.
- b) A formação de preço utilizando o RKW é a mesma coisa que a formação utilizando o custeio por absorção.
- c) No que diz respeito às etapas de aplicação do custeio ABC, primeiro é feito o custeamento dos produtos e depois o das atividades.
- d) O grau de alavancagem operacional pode ser entendido como sendo a variação percentual nos lucros operacionais, relacionada com determinada variação percentual no volume de vendas.
- e) Se a empresa "X" opera com um grau de alavancagem operacional de 1,40 e a empresa "Y" com um grau de alavancagem operacional de 1,60, podemos concluir que a variação percentual do lucro sobre vendas da empresa "X" é mais sensível à variação do volume de vendas do que na empresa "Y".

**44.** Dados relativos à empresa MAVIFOR:

- Custos fixos: R\$ 900,00
- Custo unitário variável: R\$ 12,00
- Preço médio unitário de venda a um volume de 150 unidades: R\$ 25,00

O acréscimo de lucro ao nível de 225 unidades será de

- a) R\$ 815,08
- b) R\$ 920,00
- c) R\$ 943,68
- d) R\$ 950,00
- e) R\$ 974,92

**45.** A respeito da NBC TSP, que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, marque a alternativa incorreta:

- a) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- b) As demonstrações contábeis que apresentam informação sobre a situação patrimonial em um ponto no tempo e sobre o desempenho e os fluxos de caixa durante o exercício precisam ser avaliadas no contexto de longo prazo.
- c) As características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
- d) O superávit ou o déficit da entidade para o exercício é a diferença entre as receitas e as despesas que constam na demonstração que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- e) O Custo histórico de um ativo é a importância fornecida para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

**46.** “As funções confirmatória e preditiva da informação são inter-relacionadas, por exemplo, a informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos da entidade e as demandas por esses recursos auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de preverem a capacidade da entidade em responder às mudanças e às necessidades previstas relacionadas à prestação de serviços no futuro.”

O trecho acima destacado tem relação com a seguinte característica qualitativa da informação incluída nos RCPGs:

- a) representação fidedigna.
- b) relevância.
- c) comparabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) tempestividade.

**47.** No início de 2021, o Estado de Roraima honrou seu compromisso e efetivou o pagamento de uma de suas dívidas públicas no valor de R\$ 100 milhões, sendo o valor do principal amortizado de R\$ 95 milhões e os juros da dívida pública no valor de R\$ 5 milhões. Nesse sentido, pode-se classificar as despesas com amortização do principal da dívida e juros da dívida amortizados, respectivamente, como:

- a) Despesa Orçamentária e Amortização de Juros.
- b) Despesa Corrente e Receita de Capital.
- c) Despesa de Capital e Despesa Corrente.
- d) Receita de Capital e Despesa Corrente.
- e) Receita Corrente e Despesa de Capital.

**48.** Sobre sociedades empresárias: tipos e características, marque a alternativa correta.

- a) Toda atividade econômica configura atividade empresarial.
- b) A grande diferença entre as sociedades simples e as sociedades empresárias está no fato de estas possuírem finalidade lucrativa.
- c) A responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. A responsabilidade da sociedade, por sua vez, será sempre ilimitada.
- d) O contrato social da sociedade limitada deve ser registrado na Junta Comercial.
- e) Uma sociedade anônima nem sempre será uma sociedade empresária.

**49.** O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007. Marque a assertiva que aponta um tributo não abrangido pelo Simples Nacional:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).
- b) Contribuição Patronal Previdenciária (CPP).
- c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
- d) Contribuição para o PIS/Pasep.
- e) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

**50.** É parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, dentre outros, os livros Diários e Razão:

- a) A Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- b) A EFD-Contribuições.
- c) O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- d) A Escrituração Contábil Digital (ECD).
- e) A e-Financeira.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

**51.** Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**52.** Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.



**53.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**54.** Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

**55.** A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.

b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.

c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.

d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.

e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

**56.** Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.

III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**57.** Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

**58.** Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**59.** O Prefeito de Boa Vista, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

**60.** Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

**61.** Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**62.** As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

**63.** Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**64.** Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**65.** A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

**66.** Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**67.** Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

**68.** A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**69.** A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**70.** Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Rafael Rocha / Eduardo da Rocha

**71.** Assinale uma transmissão que está amparada por isenção do ITCD, segundo a lei roraimense.

- a) ato de renúncia à herança, quando feito sem ressalva ou condição.
- b) doações recebidas por partidos políticos e templos de qualquer culto.
- c) de imóvel, por doação, a filho de funcionário público estadual, para o seu próprio uso, desde que não possua nenhum outro.
- d) a propriedade rural de área não superior a 60 (sessenta) hectares, quando for adquirida em virtude de legado, herança ou doação, por trabalhador rural que não possua outro imóvel urbano ou rural.
- e) a doação, cujo valor seja inferior a 5.000 UFERRS.

**72.** João, domiciliado em Boa Vista/RR, faleceu, deixando sua esposa Maria e 3 filhas: Márcia, Carolina e Rebecca. O total dos bens comuns do casal montava a importância de R\$ 3.000.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Sandra apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 500.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Maria receberia bens no valor total de R\$

1.600.000,00. Márcia nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Rebecca ficou com R\$ 1.000.000,00, em razão de Carolina ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões causa mortis e 1 relativo a uma transmissão por doação.

**73.** De acordo com a lei 72/94, considera-se efetuada a intimação:

- a) postal, 10 dias após a expedição da intimação, se a data do recebimento for omitida no AR.
- b) pessoal, no dia seguinte ao da assinatura do sujeito passivo ou de seu representante.
- c) por edital, 5 dias após a sua publicação.
- d) eletrônica, 10 dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo.
- e) por telefone, no dia em que for efetuado o contato telefônico.

**74.** De acordo com a lei 72/94, o prazo para interposição de impugnação no processo de rito ordinário é de:

- a) 7 dias
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

75. De acordo com a lei 72/94, instaura-se a relação contenciosa administrativa com:

- a) a lavratura de termo de arrecadação de livros e documentos fiscais.
- b) a lavratura do termo de início de fiscalização.
- c) a lavratura do Auto de Infração.
- d) a apresentação da impugnação contra a exigência do crédito tributário.
- e) a lavratura do Termo de Apreensão de Mercadorias.

76. De acordo com o Decreto nº 856-E/94, não se consideram absolutamente nulos:

- a) os atos praticados por autoridades impedidas.
- b) as decisões proferidas com preterição do direito de defesa.
- c) os atos praticados em desobediência a dispositivos expresso em lei.
- d) as inexatidões decorrentes de erros de grafia ou de cálculos.
- e) os autos de infração que não contenham elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração e o infrator.

77. De acordo com o RICMS-RR, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se saída do estabelecimento, a mercadoria constante do estoque final, à data do encerramento de suas atividades.
- b) Considera-se saída do estabelecimento do importador, do arrematante ou do adquirente em licitação realizada pelo Poder Público, em Roraima, a mercadoria estrangeira saída da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tenha importado, arrematado ou adquirido.
- c) Considera-se saída do estabelecimento depositante, localizado em Roraima, a mercadoria remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte e entregue, real ou simbolicamente, a estabelecimento diverso daquele que a tenha depositado.

d) Considera-se saída do estabelecimento do autor da encomenda, dentro de Roraima, a mercadoria que, pelo estabelecimento executor da industrialização, for remetida diretamente a terceiros adquirentes ou estabelecimento diferente daquele que a tiver mandado industrializar, salvo se para novas etapas de industrialização, nos casos previstos no Regulamento.

e) Considera-se saída do estabelecimento remetente, a reintrodução no mercado interno das mercadorias saídas com destino aos estabelecimentos das empresas comerciais situadas em Roraima, que operem exclusivamente no comércio de exportação e dos armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros, incluindo a hipótese de retorno das mercadorias para o estabelecimento de origem.

78. Acerca das isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, julgue os itens em V para verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa correta.

I - As isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto serão concedidos ou revogados mediante lei ordinária.

II - A isenção é extensiva às obrigações acessórias relacionadas com a obrigação principal alcançada pela exoneração fiscal.

III - Quando o reconhecimento do benefício fiscal depender de condição, não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento de sua apuração mensal.

- a) V - V - V
- b) F - F - F
- c) F - F - V
- d) F - V - F
- e) F - V - V

**Enunciado para as questões 79 a 81**

A empresa “Vende Tudo”, localizada em Cantá-RR, fabricou e vendeu uma máquina industrial encomendada pela empresa “Compra Tudo”, localizada em Iracema-RR. Os principais fatos dessa operação estão abaixo narrados:

- 1) No dia 01 de fevereiro, as duas empresas começaram as negociações e discutiram preços.
- 2) No dia 03 de março, a empresa “Vende Tudo” fechou contrato para a venda da máquina industrial para o ativo Fixo da “Compra Tudo”. Os valores acertados foram:
  - 2.1) Máquina: R\$ 200.000,00
  - 2.2) Frete por conta da “Vende Tudo”, destacado no documento fiscal: R\$ 20.000,00
- 3) Suponha que houve IPI na operação de R\$ 20.000,00.
- 4) A máquina ficou pronta e saiu do estabelecimento no dia 25 de abril.
- 5) A entrega e a instalação foram realizadas no mesmo dia, 04 de maio.
- 7) Houve desconto condicionado de R\$ 3.000.

**79.** A base de cálculo do ICMS é de

- a) R\$ 250.000,000.
- b) R\$ 251.000,000.
- c) R\$ 240.000,000.
- d) R\$ 243.000,000.
- e) R\$ 221.000,000.

**80.** O Fato gerador praticado por “Vende Tudo” ocorreu em

- a) Fevereiro.
- b) Março.
- c) Abril.
- d) Maio.
- e) Junho.

**81.** A “Compra Tudo” poderá começar a se creditar do ativo permanente em

- a) Fevereiro.
- b) Março.
- c) Abril.
- d) Maio.
- e) Junho.

**82.** Considere as seguintes situações:

I - Contribuinte do ICMS do ramo varejista localizado em Pacaraima-RR forneceu camisas de futebol a consumidor final não contribuinte localizado na mesma cidade.

II - A empresa MORTO S.A., localizada em Bonfim, fornece serviços de telecomunicações a um contribuinte localizado em Cantá-RR.

III - O supermercado CARÃO, em Caroebe-RR, forneceu arroz para consumidor final roraimense.

As alíquotas devidas ao Estado de Roraima nessas operações são respectivamente:

- a) 17% - 25% - 12%
- b) 17% - 25% - 17%
- c) 25% - 17% - 17%
- d) 25% - 17% - 12%
- e) 17% - 17% - 25%

**83.** Segundo o RICMS-RR, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

A respeito do Crédito Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

- a) Contribuinte que adquire R\$ 10.000,00 de material de consumo em 05 de janeiro de 2022 não tem direito a se creditar do ICMS na operação.
- b) Entrada de energia elétrica por contribuinte para utilização na industrialização de produtos que terão sua saída tributada gera direito a crédito.
- c) Contribuinte que adquire matérias-primas para emprego na industrialização de produto cuja saída seja tributada tem direito a se creditar do ICMS na operação.
- d) Contribuinte que adquire embalagens para utilização em produtos tributados na saída tem direito a se creditar do ICMS na operação.
- e) É permitido ao contribuinte transferir saldo credor acumulado a estabelecimentos do mesmo titular, dentro ou fora de Roraima.

**84.** Em relação ao momento da ocorrência do fato gerador, julgue as alternativas a seguir e assinale a opção correta.

I - Ocorre o fato gerador do ICMS na entrada do estabelecimento de contribuinte, quando a mercadoria estiver sujeita à antecipação tributária.

II - Ocorre o fato gerador do ICMS no momento da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de bens oriundos de outra unidade da Federação, destinados a consumo ou ao ativo permanente.

III - Ocorre o fato gerador do ICMS no encerramento das atividades, em relação às mercadorias existentes em estoque.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

**85.** Considere que um contribuinte de Pacaraima-RR remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$10.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 2.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

O valor do ICMS a ser retido por substituição pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 800,00
- b) Entre R\$ 800,00 e R\$ 950,00
- c) Entre R\$ 950,00 e R\$ 1.100,00
- d) Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.250,00
- e) Maior que R\$ 1.250,00

**86.** De acordo com os dispositivos afetos à suspensão do ICMS previstos no RICMS-RR, julgue os itens com V para Verdadeiro e F para Falso e a seguir assinale a alternativa correta:

I - Ocorrerá com suspensão do ICMS a saída de para fins de conserto ou reparo, de mercadorias adquiridas ou produzidas para comercialização ou industrialização, com destino a estabelecimento do mesmo titular ou de terceiros, desde que retorne em 120 dias, improrrogáveis.

II - Ocorrerá com suspensão do ICMS a saída de obra de arte, quando destinada à exposição, desde que retorne ao estabelecimento de origem no prazo de 120 dias contados da data da saída.

III - não se verificando as condições ou requisitos que legitimariam a suspensão, tornar-se-á exigível o imposto com base na data da entrada da mercadoria, corrigido monetariamente e com os acréscimos cabíveis.

- a) V - V - V
- b) F - F - V
- c) V - F - F
- d) F - F - F
- e) F - V - V



**87.** O Cadastro Geral da Fazenda - CGF é o conjunto de informações relativas ao contribuinte e seu estabelecimento, sistematicamente organizado nos arquivos da Secretaria de Estado da Fazenda.

Em relação ao previsto do RICMS-RR sobre o cadastro de contribuintes do ICMS (CAD/ICMS), assinale a alternativa que não apresenta um evento cadastral.

- a) Cadastramento.
- b) Suspensão temporária.
- c) Baixa.
- d) Reativação.
- e) Aplicação de Penalidade.

**88.** De acordo com o RICMS-RR, estabelecimento é o local público ou privado, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade. Acerca do tema “Estabelecimento”, julgue os itens abaixo como V para verdadeiro e F para Falso e assinale a alternativa que mostre a sequência correta.

I - É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

II - As obrigações tributárias que a legislação atribuir ao estabelecimento são de responsabilidade do respectivo titular.

III - Considera-se depósito fechado, o estabelecimento que o contribuinte mantiver para armazenamento de suas mercadorias e de terceiros.

IV - Um barco utilizado para captura do pescado é considerado estabelecimento autônomo.

- a) V - F - F - V
- b) V - V - V - V
- c) V - V - F - V
- d) V - F - V - F
- e) F - F - F - F

**89.** O Documento utilizado para recolhimento de tributos devidos a unidade federada diversa da do domicílio do contribuinte é o(a):

- a) GNRE
- b) GIA
- c) DANFE
- d) MDF-e
- e) NF-e

**90.** As alíquotas do IPVA estão disciplinadas na Legislação roraimense na Lei 59/93. A respeito dessas alíquotas, faça a correspondência entre as Colunas e assinale a alternativa correta.

#### **Coluna 1**

**(I) 0,5%**

**(II) 1%**

**(III) 2%**

**(IV) 3%**

#### **Coluna 2**

**( ) Veículos para transporte coletivo**

**( ) Máquinas de terraplanagem**

**( ) Motocicletas**

**( ) Aeronaves**

**( ) Veículos de corrida**

a) II - I - III - I - IV

b) IV - I - I - II - II

c) II - III - I - I - I

d) IV - III - II - II - I

e) III - I - III - IV - IV

**91.** João, Carlos, Bob, Alfredo e James, moradores de Boa Vista-RR, são amigos inseparáveis. João possui um carro FIAT 147 fabricado em 1985; Carlos, possui uma moto 190 cilindradas fabricada em 2008; Bob possui uma moto de 25 cilindradas, fabricada em 2009; Alfredo possui uma máquina agrícola fabricado em 2010 que ele utiliza em sua fazenda e também para ir à cidade nos fins de semana; James, taxista profissional, possui um, e apenas um, veículo fabricado em 2011 com capacidade para 6 passageiros, o qual utiliza para exercer sua profissão.

Diantes dos fatos acima narrados e de acordo com a LC 59/93, devem pagar IPVA em 2021:

- a) João, Carlos, Bob, Alfredo e James.
- b) Carlos, Alfredo e Bob, apenas.
- c) João, Carlos e James, apenas.
- d) Carlos e Alfredo, apenas.
- e) João, Carlos e Alfredo, apenas.

**92.** De acordo com a lei 25/1992, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais nas operações de internação de mercadorias industrializadas, nas áreas de livre comércio de Bonfim e Boa Vista, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I - O ICMS incidente sobre as importações de mercadorias estrangeiras, efetuadas por empresas estabelecidas nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Boa Vista, será devido no momento do desembaraço aduaneiro e recolhido até o 20º dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, ressalvados os casos de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.

II - Ficam excluídos dos benefícios da lei 25/92 a energia elétrica e os automóveis de passageiros.

III - As mercadorias importadas por empresas estabelecidas nas Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Boa Vista farão jus, para efeito de cálculo do imposto devido, a crédito fiscal presumido de 10%.

- a) V - V - F
- b) V - V - V
- c) V - F - F
- d) V - F - V
- e) F - F - F

**93.** De acordo com o ajuste SINIEF 09/2007, o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar prestações de serviço de transporte de cargas, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador chama-se

- a) DT-e
- b) MDF-e
- c) NF-e
- d) CT-e
- e) SPED

**94.** De acordo com o Ajuste SINIEF 07/05, o documento fiscal que acompanha o trânsito das mercadorias é o (a)

- a) DANFE
- b) SPED
- c) NF-e
- d) CT-e
- e) MDF-e

**95.** O IPVA não recolhido no prazo previsto em Regulamento, mas recolhido posteriormente através de notificação será acrescido de multa de

- a) 50% do valor do imposto
- b) 100% do valor do imposto
- c) 50% do valor venal do veículo
- d) 100% do valor venal do veículo
- e) 80% do valor do imposto

**96.** De acordo com a Lei Complementar 59/93, são isentos de taxas, exceto

- a) a União, Estados e Municípios, inclusive suas autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- b) os partidos políticos, inclusive suas fundações, os templos de qualquer culto, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos e reconhecidas como de utilidade pública.
- c) as pessoas que, mediante a apresentação de atestado passado por autoridade judiciária ou policial, provarem seu estado de pobreza.
- d) a prática de atos de expedição de documentos relativos a finalidades escolares, militares ou eleitorais.
- e) a prática de atos de expedição de documentos relativos a nascimento e óbito.

**97.** Acerca da fiscalização, julgue os itens abaixo e assinale a sequência correta de acordo com a LC 53/93.

I. Os agentes fiscais, no exercício de suas atividades poderão ingressar nos estabelecimentos, a qualquer hora do dia ou da noite desde que os mesmos estejam em funcionamento.

II. Excepcionalmente quando o agente fiscal sofrer embaraço ou for vítima de desacato no exercício de suas funções, ou quando a assistência for necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do Fisco, poderá ser requisitada auxílio da força pública estadual.

III. Mediante intimação escrita ou verbal da autoridade competente, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação a mercadorias, negócios ou atividades de terceiros os bancos e demais instituições financeiras ou seguradoras.

- a) V - V - V
- b) F - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - F
- e) F - V - V

**98.** Julgue os itens a seguir de acordo com o RICMS-RR e assinale a sequência correta.

I. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação tributária ou a decorrente de sua inobservância a causa que, de acordo com o direito privado, exclua a capacidade civil da pessoa natural.

II. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação tributária ou a decorrente de sua inobservância a inexistência de estabelecimento fixo e a sua clandestinidade, ou a precariedade de suas instalações.

III. As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento do imposto podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

- a) V - V - V
- b) F - F - V
- c) V - V - F
- d) F - F - F
- e) F - V - V

**99.** O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, não incide sobre:

- a) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- c) ulterior transmissão de propriedade de mercadorias ou bens que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem pagamento do imposto em decorrência de operações não tributadas.
- d) venda do bem ao arrendatário, na operação de arrendamento mercantil.
- e) entrada, no Estado de Roraima, decorrente de operação interestadual de mercadorias sujeitas ao regime antecipado do ICMS.

**100.** Acerca do diferencial de alíquota previsto no RICMS, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. O remetente deve utilizar a alíquota interestadual na saída do Estado de Roraima.

II. O remetente de mercadoria para outro Estado deve recolher para a unidade Federada de destino o valor correspondente à diferença apurada entre a multiplicação da alíquota interna do Estado de destino e o valor da operação e a multiplicação da alíquota interestadual pelo valor da operação.

III. O remetente deve utilizar a alíquota interna prevista na unidade da Federação de destino para calcular o ICMS total devido na operação;

a) V - V - V

b) F - F - V

c) V - V - F

d) F - F - F

e) F - V - V

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-19-09-21>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

5 CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>